



A PROBLEMÁTICA DA TEORIA MICROECONOMICA E DO SEU ENSINO NA PERSPECTIVA DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

GT – Teoria Econômica

Theo Martins Lubliner¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral problematizar o atual ensino de microeconomia nos cursos de ciências econômicas no Brasil. A partir de um breve estudo da história do pensamento microeconômico, das suas bases teóricas e das particularidades da formação econômica do Brasil, busquei relacionar esses temas a partir da perspectiva e da linguagem microeconômica (estruturas de mercado) para compreender os limites, a relevância e a capacidade explicativa da atual teoria microeconômica (e, conseqüentemente, do seu atual material didático) no contexto do subdesenvolvimento brasileiro.

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico. Microeconomia. Subdesenvolvimento. Ensino de Ciências Econômicas.

1. Introdução

Esse artigo tem como objetivo compreender a pertinência do conteúdo tratado pela microeconomia para se pensar os problemas brasileiros.

A partir de uma breve revisão sobre a história do pensamento microeconômico, de Walras aos neo-schumpeterianos, sua contextualização, seu método, seu conteúdo e, principalmente, seus propósitos, pretendemos entender e problematizar a origem da microeconomia, o seu desenvolvimento e o atual caminho percorrido dentro desse recorte da teoria econômica, tanto da ortodoxia como da heterodoxia.

Em seguida, recorrendo à formação histórica, é feito um breve recorte da formação econômica brasileira através da análise da divisão internacional do trabalho, da formação dos trabalhadores e da burguesia no Brasil e do Estado brasileiro, com o objetivo de compreender

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico no Programa de História Econômica no Instituto de Economia da Unicamp



as particularidades da formação e da estrutura mercado no Brasil, articulada ao mercado mundial e muito particular em suas manifestações internas, necessitando, portanto, de teorias que se adéquem as duas especificidades.

Por fim, problematiza-se o conteúdo e os objetivos das teorias microeconômicas, sejam elas ortodoxas ou heterodoxas, ensinados em cursos de economia e estudados por diversos campos do conhecimento, para a compreensão dos problemas do subdesenvolvimento brasileiro e, sobretudo, para a sua superação.

2. A problemática da história e do presente do pensamento microeconômico

Para compreendermos a microeconomia de hoje precisamos conhecer as suas origens e os seus percursos ao longo do tempo. Uma das melhores formas de se fazer isso é estudarmos a história do pensamento econômico. É através dela que se relevam as bases em que a microeconomia foi fundada e os elementos estruturantes que carregam suas novas teorias.

Segundo BIELSCHOWSKY & CUSTÓDIO (2011), a teoria microeconômica teria sido um desmembramento da Economia Política, de onde teriam brotado todas as teorias econômicas. Enquanto a Economia Política preocupou-se com a origem da produção e da distribuição da riqueza e da complexa organização social, econômica e política, a nascente microeconomia procurou especializar sua análise nos aspectos econômicos², particularmente na esfera da circulação de mercadorias³. Ao fazê-lo, o problema central da análise deixou de lado a totalidade e a acumulação e adotou o problema do equilíbrio da troca⁴.

Mesmo em meio ao pleno desenvolvimento caótico das forças produtivas, da guerra entre capitais e nações, do crescente conflitos entre classes, no século XIX, autores como Jevons, Menger e Walras optaram pela defesa teórica de um capitalismo equilibrado. Para tanto, esforçaram-se em criar uma teoria microeconômica em que podiam ocultar a dinâmica caótica e espoliativa do capitalismo, utilizando-se de uma teoria de tendência ao equilíbrio da

² Podemos afirmar que teriam sido, portanto, as teorias microeconômicas as precursoras do economicismo.

³ “A partir da década de 1830, Samuel Bailey, Jean Baptiste Say, Nassau Senior, Frédéric Bastiat e Stuart Mill promovem o deslocamento do foco de análise da economia política para a esfera da circulação da riqueza afastando-se, assim, da análise do processo de produção da riqueza de Adam Smith e David Ricardo” (BIELSCHOWSKY & CUSTÓDIO, 2011:43)

⁴ “Uma vez que a análise marginalista se realiza apenas no plano da circulação da riqueza, das relações sociais simples na troca, o problema da acumulação é substituído pelo problema do equilíbrio na troca, como tema central da 'economia'.” (BIELSCHOWSKY & CUSTÓDIO, 2011:43)



economia, e ocultar os conflitos entre as classes sociais, transformando seus componentes em indivíduos que agem pela racionalidade econômica⁵.

Transformando trabalhadores em consumidores e capitalistas em empresários e apoiados na ideia (já superada pela Economia Política) de que o valor de troca é movido pela utilidade e não pela acumulação de capital, esses autores e seus pupilos seguiram em frente. Fora através de teorias com alto rigor lógico e matemático, independente do conteúdo ou importância prática (HUNT, 2005, p.238), que esses autores constituíram suas teorias. Para legitimá-las esses autores defendiam que suas teorias correspondiam à ciência pura, isenta de ideologias e que tinham como objetivo buscar a verdade absoluta. Walras foi o autor que deixaria isso mais claro ao afirmar em seu livro “*Elements of Pure Economics*” que sua teoria estava isenta de julgamento moral e que era portadora da verdade pura (HUNT, 2005, p.267). No entanto, em nenhum momento escondeu sua adoração e devoção ao capitalismo e ao *laissez-faire*⁶.

Esses autores, que configuraram a “revolução marginalista”, constituíram a base do que seria a microeconomia. A ideia não era mais entender a complexidade de uma nova sociabilidade que se configurava com o desenvolvimento virtuoso do capitalismo, que punha de lados opostos trabalhadores e capitalistas. O objetivo era tratar apenas dos problemas dos capitalistas, de forma a alocar os recursos e alcançar o tal equilíbrio geral para garantir o lucro. Esse seria o caminho a ser trilhado pelos seguidores da microeconomia. Alguns avançariam na compreensão da complexidade do problema da troca e da concorrência entre capitais, outros, ao contrário, caminharam para a construção de teorias puramente apologéticas ao capitalismo. No entanto, todos carregariam as limitações criadas na estrutura da teoria microeconômica.

Alfred Marshall teria sido um dos autores que avançariam no propósito criado pela microeconomia ao adaptar a teoria marginalista à análise das firmas a fim de estudar as

⁵ Seria somente com a utilização deste termo “natureza humana” que os teóricos poderiam levar seus argumentos adiante. Utilizando-se de algum embasamento empírico em determinado momento histórico, transformaram determinado comportamento em uma “natureza”, pois assim seus argumentos seriam inquestionáveis. Trataram uma característica fruto de seu tempo, como parte da essência humana. Uma “essência” econômico dos seres humanos, o *homo economicus*, como se fosse possível existir impulsos econômicos naturais mesmo antes dos próprios seres humanos terem criado, voluntária ou involuntariamente, a economia. Ou seja, eles invertem a lógica, como se a economia tivesse criado os seres humanos e não o contrário a fim de legitimar seus argumentos.

⁶ Esses autores nos revelam importantes pistas em relação à falácia da imparcialidade e neutralidade da ciência. Ainda que tentem esconder suas inspirações ideológicas, as deixam escapar. Na tentativa de legitimar suas teorias em detrimento de outras chamadas de impuras e tendenciosas, tentam convencer seu público de que as suas teorias são as verdadeiras, já que estão isentas de tais ideologias. Nesse sentido, suas teorias, ao contrário do que elas mesmas propagam, não significam o avanço e a evolução do pensamento, o progresso da ciência, mas significam a evolução de determinado pensamento e determinada ciência, servindo a interesses específicos e por isso escondem suas reais motivações.



condições para uma sonhada “concorrência perfeita”. No entanto, para fazê-lo, Marshall usou e abusou do “*seteris paribus*” para a criação de modelos econômicos que só funcionavam em sua teoria. Esse “*modelo de operação das frimas típicas desta fase da Revolução Industrial britânica, serviu como referencia para as formulações teóricas neoclássicas*” (TIGRE, 2005, p.193), assim como serve de referência ainda hoje para as teorias microeconômicas de um modo geral. Assim, “*ao submeter a economia ortodoxa a um rigoroso tratamento científico, Marshall, constituiu a base da microeconomia tradicional*” (*idem*, p.192).

O desenvolvimento das forças produtivas exigiam cada vez mais novas formulações teóricas. A teoria neoclássica, apesar dos precários instrumentos metodológicos, da falta de dados quantitativos disponíveis, deu muitas respostas em determinado momento histórico de acordos com suas motivações ideológicas (*idem*, p.197). No entanto, cada vez mais, com o processo de concentração e centralização crescente de capital, e a conseqüente monopolização da economia, exigia-se da microeconomia novas respostas.

No caminho de dar essas novas respostas, “*as contribuições de Sraffa, Joan Robinson, Chamberlain permitiram reformular a ortodoxia dominante, mas mantiveram o arcabouço estático que caracterizava a economia neoclássica*” (*idem*, p.202). A teoria voltaria a avançar com o questionamento a respeito do funcionamento da concorrência entre capitais. A ideia de estrutura-conduta-desempenho de Chamberlin inauguraria a ideia de compreensão de estruturas de mercado e que estas implicam em uma reação das empresas frente a essa estrutura que terminam em um desempenho. Complementada pela ideia de oligopólio e o papel da inovação, que não poderiam mais ser ignoradas pelas condições estabelecidas com o desenvolvimento capitalista, essa contribuição daria novos ares à microeconomia para o estudo das barreiras a entradas em determinados mercados – preço; economias de escala; capital inicial; diferenciação de produtos; marketing; inovação. As contribuições de Syllus-Labini, Baumol, Marris, Joan Robinson e Galbraith, abriram espaço para a compreensão das diferentes posturas a serem tomadas pela firma de acordo com os seus controladores, superando a análise maximizadora, avançando na complexidade da concorrência entre capitais⁷. Steindl, inspirado no processo de concorrência de seu tempo, reconheceu o papel da

⁷ “As contribuições de Syllus-Labini (maximização de lucros a longo prazo), Baumol (maximização das vendas globais), Marris (maximizar taxa de crescimento das vendas), Joan Robinson (sobrevivência), Galbraith (manutenção do poder da tecnoestrutura), entre outros, abrem espaço para o reconhecimento de que os objetivos da firma podem variar de acordo com os objetivos de seus controladores, sem que se possa imputar uma regra universal.” (TIGRE, 2005:205)



propaganda, da diferenciação do produto e da inovação tecnológica no processo de acumulação do capital (*idem*, p.203).

“Apesar de incorporarem novas idéias, as teorias da firma não romperam radicalmente com a tradição econômica, de forma a acompanhar as mudanças radicais ocorridas na tecnologia e na dinâmica competitiva ao longo do século. Tais limitações levam a uma nova trajetória teórica desenvolvida a partir das idéias-chave de Schumpeter” (*idem*, p.206),

Em que os teóricos neo-schumpeterianos (evolucionistas ou estruturalistas) incorporariam a suas análises uma visão um pouco mais crítica ao capitalismo, admitindo sua natureza dinâmica, mas caótica e, de alguma forma, superando o economicismo a que a teoria fora levada.

No entanto, como se pode perceber, as teorias com origem microeconômica, mesmo estando longe da superação das contradições do capitalismo, decretou-se como objeto central da microeconomia compreender os problemas do capital para o capital. Ou seja, ainda que “*a revisão da literatura especializada revela importantes diferenças conceituais, metodológicas e ideológicas entre as três principais correntes teóricas que estudam a firma: neoclássica, organização industrial e evolucionista*” (*idem*, p.188), se formos a fundo, percebemos que as motivações fundantes não são tão diferentes.

Essas motivações indicam que, mais cedo ou mais tarde, essas teorias, ainda que críticas, procurarão se adaptar à realidade dos padrões dominantes de acumulação de capital, ou seja, da competição, das tecnologias e da organização da produção. Nesse sentido, a ideia de que as novas teorias são uma evolução das velhas teorias, se não entendermos seus reais propósitos, se tornam uma falácia. Não se pode negar o avanço das teorias em relação as exigências do desenvolvimento das forças produtivas, mas deve-se compreender a quais propósitos servem esses avanços. Desta forma, acreditar na neutralidade da ciência e que, portanto, as teorias neoclássicas são ultrapassadas e que as teorias sucessoras dão melhores respostas à realidade se torna uma avaliação, no mínimo, ingênua. Ora, as reformas neoliberais não foram um ajuste natural do capitalismo, nem tampouco uma vitória da melhor teoria ou da mais evoluída, mas sim um processo histórico necessário à acumulação de capital, legitimada por alguns teóricos e abismada por outros.



Portanto, não se trata aqui nesse trabalho de desprezar os avanços na teoria microeconômica de entendimento do desenvolvimento capitalistas, para o qual ela contribuiu muito, em especial nas análises que combinam a história e a macroeconomia, como o fez Schumpeter e o fazem seus seguidores heterodoxos. Se trata na verdade de apontar as bases teóricas e, sobretudo, os aportes morais e filosóficos que movem essas teorias, que são, em síntese, a crença na eficiência e no potencial democrático do capitalismo, que hoje, se alguma maneira, se consolidou pela descrença na possibilidade de criação de uma nova sociedade com outras bases econômicas, políticas e sociais, consequência das teorias do fim da história, ou do discurso do “é o que dá para fazer”.

Nesse sentido, podemos concluir que todos esses autores da microeconomia, sem exceção, não estavam preocupados em superar os problemas gerados pelo capitalismo, mas ao contrário. Uns estavam claramente em sua defesa, ou seja, em defesa do lucro e da acumulação de capital, outros estavam preocupados apenas em amenizar os efeitos perversos do Capital. No entanto, todos, ao ter pressuposto a inquestionabilidade da propriedade e do lucro, de alguma forma, mesmo que em diferentes proporções, estavam mais comprometidos com o Capital do que com o outro lado da mesma moeda, o bem-estar do trabalhador⁸.

Desta forma, a teoria microeconômica não pode ser tratada como uma continuidade, muito menos como avanço da análise econômica, que teve origem na Economia Política, mas sim como uma especialização no estudo das questões estritamente econômicas em defesa do sistema capitalista, seja ele caótico ou equilibrado, injusto ou democrático, de livre mercado ou regulado.

3. A microeconomia e os problemas da formação do Brasil

Entendo que as teorias são criadas para interpretar, compreender e modificar a realidade devemos nos questionar até que ponto a microeconomia contribui para o entendimento das questões brasileiras. Para tanto, faz-se necessário estudarmos alguns

⁸ Não devemos confundir aqui autores que falam de uma preocupação com o bem-estar dos trabalhadores com aqueles que realmente se preocupam com tal questão. Um exemplo clássico dessa possível confusão é o caso das teorias modernas da administração, que depois do descaso completo do fordismo e do taylorismo com as condições do trabalhador, passaram a incorporar em suas análises as condições de trabalho, mas não com uma preocupação real da qualidade de vida ou da realização dos trabalhadores enquanto seres humanos, mas sim com uma preocupação em relação ao “bem-estar” do trabalhador para o aumento da produtividade, ou seja, aumento dos lucros.



elementos da formação econômica do Brasil, driblando o economicismo, e, nos termos da microeconomia, entendermos a formação histórica do que poderia se chamar de mercado no Brasil, para assim adotarmos algumas conclusões.

3.1 A formação econômica e a estrutura de mercado no Brasil

A formação econômica do Brasil teve sua origem na colonização, quando se configurariam as raízes sociais, econômicas e políticas do Brasil. O longo período colonial de produção para exportação e com utilização do trabalho escravo teria sido o pontapé da inserção do território brasileiro no mercado mundial, enquanto a configuração de um mercado no Brasil, ou seja, de um mercado interno, só teria sido iniciado, de fato, após o fim da escravidão e com o início da tímida industrialização.

3.1.1 A divisão internacional do trabalho: uma economia para exportação

A inserção do território brasileiro na dinâmica do capitalismo mundial teve início com a expansão marítima ibérica, seguida da colonização, onde logo estabeleceu-se o objetivo de abastecer a metrópole com matéria-prima. Como relata Caio Prado Jr. (1996, p.31-32), “*se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o mercado europeu. Nada mais que isso*”.

Essas práticas monopolistas teriam sido criadas já no período colonial, através do monopólio da metrópole e pelo controle da propriedade em território nacional. Diferente do processo de monopolização que só ocorreria nos países centrais junto ao processo das industrializações atrasadas, no Brasil, o monopólio fora a única realidade vivida.

Desde o período colonial o Brasil se constituiu como negócio e foi inserido periféricamente no mercado mundial, o que marcaria profundamente a sua evolução histórica⁹. Isso não quer dizer que o Brasil esteve excluído do mercado mundial, mas ao

⁹ A colônia tropical “não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil. [...] Aqueles objetivos [mercantis] [...] marcarão profundamente a feição das colônias do



contrário, significa que ele se configurou como peça chave para que a acumulação de capital pudesse ser realizada nos países centrais. Nessa perspectiva podemos dizer que houve no Brasil, mais do que um desenvolvimento capitalista, um desenvolvimento do capitalismo que se constituía no centro e que arrastava o território brasileiro.

Ainda que o Brasil tenha vivenciado um surto, ou um milagre, de industrialização (assim como havia sido a cana-de-açúcar, o ouro e o café)¹⁰ entre as décadas de 1930 a 1970, o processo de desindustrialização mostra que “*na divisão internacional do trabalho que se desenha, o Brasil tende a ser relegado a uma posição terciária de mero fornecedor de produtos primários e semimanufaturados, de baixo conteúdo tecnológico, alto consumo de energia e elevado impacto negativo sobre o meio ambiente*” (SAMPAIO JR., 2010, p.6). Papel esse atribuído desde a colonização ainda não superado.

3.1.2 Do trabalho escravo ao trabalho assalariado

Quando Gilberto Freyre (2004a e 2004b) descreve a relação estabelecida entre a Casa Grande e a Senzala e da transformação destas em Sobrados e Mocambos, refere-se às heranças deixadas pelo período colonial e do patriarcalismo, primeiro rural e depois urbano, para a conseqüente continuidade das relações estabelecidas entre senhor e escravo transmitidas à relação patrão e empregado. Em O Povo Brasileiro, Darcy Ribeiro conta o processo de miscigenação e de estratificação social, bem como a desumanização do trabalho¹¹, que também criaria suas raízes para a naturalização da submissão e da superexploração do trabalho.

O histórico do trabalho escravo e a sua desumanização deixaram marcas profundas na formação econômica, social e cultural do Brasil. No âmbito econômico, e portanto, na lógica do capital, a transição do trabalho escravo para o assalariado necessitava de modificações para

nosso tipo, ditando-lhe o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical [...] e ele explicará os elementos fundamentais, tanto econômico como social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (PRADO JR., 1996:31).

¹⁰ Fernando Novais e João Manuel, inspirados em Visão do Paraíso de Sérgio Buarque de Holanda, se referem à industrialização no Brasil como mais um milagre entre as “procissões de milagres” de sua história, assim como havia sido a cana, o ouro e depois o café: “Estamos agora percebendo que nossa industrialização não deixou de ser também um desses milagres: resultou antes de circunstâncias favoráveis, para as quais pouco concorremos, do que de uma ação deliberada da 'vontade coletiva'”. (MELLO & NOVAIS, 2009:94)

¹¹ “Quando ao escravo sucede o parceiro, depois o assalariado agrícola, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização do trabalho” (RIBEIRO, 1995:212).



a nova organização produtiva e essas mudanças deveriam ser lentas e conservadoras de forma a manter a lógica escravista.

No Brasil a classe trabalhadora não se configurou como consumidores maximizadores do seu bem-estar, como na maioria dos países centrais. Na verdade, os trabalhadores se configuraram como escravos com salários, como extensão de instrumentos de trabalho necessários para uma produção destinada à exportação para o enriquecimento de uma pequena elite.

A preocupação com a criação de um mercado interno surgiria apenas com o problema da industrialização. No entanto, as características fundamentais das relações de escravidão não se perderam. O que se criou nesse período, e que se arrasta até os dias de hoje, foi uma grande massa de trabalhadores superexplorados e que consomem sem grandes escolhas, incapazes de travar uma batalha entre demanda e oferta.

3.1.3 A constituição de um sistema industrial: uma economia subdesenvolvida e dependente

Passados mais de quatro séculos de inserção capitalista, o processo de industrialização por substituição de importações inaugurado na primeira metade do século XX pareceu a possibilidade de se criar no Brasil condições para um verdadeiro mercado interno de um capitalismo autodeterminado que superaria o subdesenvolvimento. Porém, as características de dependência herdadas da formação histórica se revelaram muito mais enraizadas do que pareciam, mostrando que o subdesenvolvimento está diretamente associado à incapacidade de se romper com os nexos da dependência¹².

O processo de industrialização no Brasil, ao contrário de criar condições para a superação do subdesenvolvimento e criação de um mercado interno como centro dinâmico da economia, aprofundou os problemas do subdesenvolvimento e da dependência. Não só pela forma como ela foi realizada, mas pela inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo mundial.

¹² “O subdesenvolvimento está associado à incapacidade de as nações emergentes romperem os nexos de dependência herdados da colonização e integrarem, em condições de relativa igualdade, o conjunto de sua população no mercado de trabalho” Prado Jr., em (SAMPAIO JR., 1999:99).



O subdesenvolvimento, como defendia Furtado (1983), não é uma etapa de transição ao desenvolvimento, mas sim uma condição histórico-estrutural da divisão internacional do trabalho, onde o centro possui o controle sobre o progresso tecnológico, impondo os padrões de consumo à periferia. Para Furtado (1981), a heterogeneidade estrutural é a grande marca do subdesenvolvimento. É da combinação entre setores ultra modernos em consonância ou contradição com setores arcaicos que se deriva a heterogeneidade social e os desníveis de padrões de consumo. Assim, enquanto no centro o progresso tecnológico significa aumento de produtividade, do consumo e do salário real, na periferia a adequação atrasada ao progresso do centro e a heterogeneidade social significam o benefício de uma pequena elite, com acesso aos padrões de consumo do centro, e um descompasso entre desenvolvimento das forças produtivas e as necessidades do conjunto da população.

A perpetuação do subdesenvolvimento se dá pelas condições históricas, mas permanece pela aliança entre a burguesia brasileira e o que Florestan Fernandes (2009) chamou de “imperialismo total”, onde o centro organiza sua dominação nas esferas social, econômica, política e tecnológica a fim de manter a perpetuação da dependência. À burguesia periférica, que muito se beneficia disso, ao contrário da maioria da população, cabe os segmentos de menor intensidade tecnológica, com pouca inovação disruptiva e mais inovações incrementais, ou seja, na periferia não se pode, nem se poderia, realizar o que Schumpeter (1982) chamou de destruição criadora.

Os efeitos desse ciclo vicioso de dependência é a aceleração do processo de reversão neocolonial, reduzindo a mínima autonomia nacional de defesa em relação as imposições da capital transnacional.

Nas palavras de Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior,

“Como as empresas transnacionais passaram a operar com tecnologias concebidas para mercados supranacionais, com renda média muito elevada, a natureza de seus vínculos com as economias dependentes tornou-se muito mais fluida. A situação é bem diferente daquela que ocorrera na fase final de difusão da Segunda Revolução Industrial. No ciclo expansivo do pós-guerra, a estratégia de conquista dos mercados internos, mediante a transferência de unidades produtivas, levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. Tratava-se de evitar que unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. É este contexto histórico que permitiu que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais. Na era da mundialização do capital, estamos assistindo a um fenômeno bem diferente. O objetivo das grandes empresas transnacionais é diluir a economia dependente no mercado global para que possam explorar as potencialidades de negócios da periferia sem sacrificar sua mobilidade espacial. Por esse motivo, os gigantes da



economia mundial não querem que as fronteiras nacionais continuem rigidamente delimitadas. O interesse no 'Terceiro Mundo' se resume basicamente aos seguintes objetivos: ter livre acesso aos mercados, (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com produção local – a decisão depende de circunstâncias ditadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-de-obra barata; açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio. (SAMPAIO JR., 2007, p.146-147).

3.1.4 A formação e as características da burguesia brasileira

Ao contrário de uma burguesia tipicamente industrial, empreendedora e inovadora (o ideal do empresariado schumpeteriano), a burguesia brasileira possui um caráter especulador e rentista. “Filha” da aristocracia rural e da colonização, a burguesia brasileira fora forjada pelos vícios daquele período e como beneficiária da superexploração do trabalho. Cúmplice das forças do capital transnacional, a burguesia brasileira optou, historicamente, pela adequação às exigências do capital transnacional em detrimento de interesses nacionais.

Esse caráter hegemônico teria se consolidado com o golpe militar, onde as forças estavam polarizadas basicamente entre a velha oligarquia rural (aliada aos EUA) contra os trabalhadores e movimento sociais. A opção da burguesia brasileira pela via conservadora seria responsável pela permanência do subdesenvolvimento e da dependência¹³. Como o mercado interno não se tornou o centro dinâmico da acumulação de capital, a burguesia entrou em um ciclo vicioso de intermediária dos fluxos de capital internacional¹⁴. Assim, reduziu-se drasticamente o poder de barganha da burguesia brasileira, “orientada a aproveitar as oportunidades geradas pelo capital internacional em atividades de baixa tecnologia, voltados para o comércio exterior, e intensivas na superexploração do trabalho, dos recursos naturais e do suporte estatal” (CARDOSO, 2014, p.55).

O papel da burguesia brasileira resumiu-se em combinar a modernização do seu padrão de consumo inspirado nas burguesias centrais, a manutenção da sua propriedade e dos

¹³ “Revoluções burguesas ‘atrasadas’ tiveram a direção política monopolizada por burguesias conservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito a dependência e o subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR., 1999:71).

¹⁴ “as burguesias dependentes estão se convertendo em burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros. Isso explica a desfaçatez com que grandes potências, direta ou indiretamente, pressionam as economias dependentes a se adaptar incondicionalmente às suas exigências; bem como a docilidade com que tais pressões são recebidas pelos mandatários-títeres de plantão” (SAMPAIO JR., 2007:146-147)



seus privilégios através de ganhos através da superexploração do trabalho, da especulação e do rentismo de curto prazo, seja na agricultura, na exploração de recursos naturais, na indústria ou no comércio.

Como na dinâmica do mercado mundial não existe tolerância a erros, a burguesia nacional, apoiada no aparato do Estado, apegou-se aos ganhos de curto prazo. Assim, a organização do capital no Brasil assume formas mais líquidas, abandonando-se a visão de longo prazo, necessária ao investimento e à inovação. A ótica dessa burguesia curto-prazista se constituiu, predominantemente, como a dos juros e não a do lucro.

Portanto, apostar em uma articulação entre burguesia e trabalhadores no Brasil, ou seja, em uma “solidariedade de classes” para a superação do subdesenvolvimento, parece ser, cada vez mais, uma impossibilidade histórica.

3.1.5 A constituição e a função do Estado Nacional brasileiro

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995), mostra o comportamento tipicamente brasileiro que se origina da mescla das tradições ibéricas e da constituição de uma nova sociedade com as particularidades brasileiras através de uma relação promíscua entre o público e o privado. É dessa relação que surgem as raízes do Estado Nacional brasileiro. No Brasil, o Estado foi constituído com o intuito de assegurar a garantia dos privilégios de uma pequena elite e da manutenção da exploração da grande massa populacional através de grande repressão. Da lei de terras de 1850, da manutenção da escravidão após a independência (conseguindo transformar o Brasil no último país a abolir a escravidão na América), passando pela socialização dos prejuízos do café e pela estatização da dívida até a repressão violenta de qualquer tentativa de contestação dessa ordem, das revoltas do século XIX à ditadura civil-militar. Poderíamos enumerar diversos momentos históricos que atestam esse argumento, mas esses já parecem grandiosamente suficientes para fortalecê-lo.

Em “Circuito Fechado”, Florestan Fernandes (1976) descreve a constituição desse Estado. Para o autor, a fusão historicamente consolidada dos diferentes interesses da burguesia nacional em torno da sua renda, do seu poder e dos seus privilégios, forjou um Estado que, ao contrário de regular, mediar e reduzir conflitos, tem como função última impedir a transformação social a favor dos “sem-propriedade”. Nesse sentido, o Estado



Nacional brasileiro se configurou como um verdadeiro comitê da elite brasileira, sendo um instrumento de controle (político, jurídico, ideológico e cultural), seja através da “legalidade” (cumprindo as leis quando lhes é conveniente ou modificando-as quando necessário, utilização da força policial etc.) ou da ilegalidade (descumprimento da constituição, corrupção etc.), para a manutenção da propriedade e de seus privilégios, de acordo com as margens de manobra ditadas pelas imposições dos países centrais¹⁵.

Acreditar na possibilidade de algum tipo de transformação da sociedade através desse Estado e creditar as suas raras ações democratizantes à “falta de vontade política” parece tão fantasioso e ingênuo quanto acreditar que a burguesia brasileira um dia adotará um projeto nacionalista e igualitário¹⁶.

3.1.6 A configuração de um mercado muito particular

Tendo em vista esse breve resumo do processo histórico que em boa medida constituiu as estruturas políticas, econômicas e sociais do Brasil podemos concluir que o funcionamento dessa sociedade, assim como de seu mercado e da sua relação com o mercado mundial, se manifesta de formas muito diferentes dos países desenvolvidos. Enquanto os mercados nacionais nas economias centrais foram forjados ainda em um período de capitalismo concorrencial ou do nascente capitalismo monopolista, o mercado no Brasil fora constituído desde o seu princípio pela prática monopolista e teve sua industrialização (e constituição do mercado interno) realizada em plena polarização do mundo entre grandes potências e grandes capitais, em um mercado mundial já monopolizado e se globalizando. Esses aspectos são

¹⁵ Não estou negando aqui que existe disputa e brechas dentro do Estado burguês para avanços nos direitos sociais. No entanto, me refiro essencialmente ao caráter hegemônico da elite em relação ao Estado no Brasil.

¹⁶ Enquanto muitos ainda alimentam ilusões em relação à possibilidade de civilizar o capitalismo brasileiro e do papel cumprido pelo Estado, Florestan Fernandes já insistia décadas atrás, na necessidade histórica da revolução brasileira, destacando seu conteúdo anticapitalista. Discutindo as responsabilidades dos cientistas sociais e, portanto, dos cientistas econômicos, ele escreve em relação a esse Estado: “não se trata, apenas, de concluir o processo de descolonização, interrompido com a implantação do Estado nacional e pelo capitalismo dependente, mas de libertar o Brasil tanto dos grilhões que pesam sobre o trabalho livre e semi-livre, no campo e na cidade, quanto de uma tirania secular, que sempre impediu e agora está impedindo mais do que nunca a organização da nação como uma comunidade nacional e o advento da democracia. A nova idéia de nação e de democracia exige, como ponto de partida, o controle do poder pela maioria e almeja, como ponto de chegada, a extinção de um ‘Estado de direito’ que sufoca a revolução nacional e impede a revolução democrática. (FERNANDES, 1977:247)



imprescindíveis para a compreensão da estrutura de mercado no Brasil, as suas manifestações e os padrões de concorrência.

Inserido em meio a estas condições mundiais, onde a difusão de progresso técnico é desigual e os mecanismos de acumulação primitiva são constantes, os empresários no Brasil não podem transformar a inovação em uma arma da concorrência, como ocorre na dinâmica dos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, esses empresários se beneficiam da reprodução de uma superpopulação permanentemente marginalizada do mercado de trabalho, que impede que a acumulação de capital gere aumentos sequenciais do salário real a ponto de absorver uma oferta crescente.

A estrutura monopolizada, configurada historicamente e externamente, impede que a concorrência se imponha como a forma dominante de relação entre as empresas na esfera econômica, mesmo em mercados nascentes, uma vez que as grandes empresas rapidamente se apropriam deles.

Assim, quando não se estabelece um fluxo contínuo entre investimento e consumo, configuram-se descontinuidades estruturais que

“não podem ser pensadas como o resultado da concorrência econômica e sim como o produto da adaptação a mudanças que são exógenas à economia nacional. Por essa razão, o marco teórico que explica o dinamismo da economia autodeterminada [como ocorre nos países centrais] não pode ser utilizado como parâmetro para pensar o desenvolvimento dependente” (SAMPAIOR JR., 2012, p.40).

Ou seja, a teoria que explica o dinamismo da econômica dos países centrais não pode explicar o desenvolvimento da economia dependente em sua complexidade e suas particularidades.

Em suma, aproximando-se da linguagem microeconômica, podemos sintetizar algumas características básicas da estrutura de mercado no Brasil que a diferenciam fundamentalmente das estruturas dos países centrais:

a) o mercado de trabalho se organiza através da existência de um exército de reserva de trabalhadores obrigado a se sujeitar à superexploração para sobreviver. Esses trabalhadores que venceram a barreira do desemprego não se configuram como consumidores ativos, mas apenas como mais um instrumento de acumulação de capital.



b) os empresários, tipicamente curto-prazistas, preferem operações especulativas e rentistas em detrimento de operações de investimento e de inovações, tipicamente de longo prazo e que envolvem maiores riscos.

c) a estrutura de mercado interno não se caracteriza pela concorrência, mas sim pelas determinações do mercado monopolizado.

d) são as transnacionais que constituem as barreiras a entrada, determinam os preços, ditam a diferenciação e a inovação.

e) em meio a essas condições, o Estado, que poderia cumprir um papel de regulação, existe na verdade para manutenção dos monopólios e privilégios, seja através da legalidade (financiamento de campanhas eleitorais, elitização do poder judiciário, controle do aparato repressor) ou da ilegalidade (corrupção, sonegação, descumprimento de leis e regulamentações).

4. O ensino de microeconomia e a problemática do subdesenvolvimento brasileiro

Tendo em vista as particularidades da formação brasileira, devemos nos perguntar se as teorias microeconomia, que se configuraram pelo seu propósito inicial e se reproduzem através dos seus manuais como teorias gerais, como a-histórica e desterritorializada¹⁷, realmente nos serve para pensarmos a problemática do Brasil que envolve a superação do subdesenvolvimento e da dependência¹⁸. Mais ainda, devemos não só nos perguntar se elas nos serve, mas, principalmente, a que propósitos ela realmente serve.

A esse respeito, Sampaio Jr. (2012, p.35) escreve:

“A qualificação do sentido do movimento histórico como processo de formação tem implicações incontornáveis sobre a maneira de entender os problemas econômicos dos países de origem colonial em transição para utilizar a terminologia com que Caio Prado caracteriza a situação do Brasil. Tal conhecimento não se encontra nos

¹⁷ Como alerta Tigre (2005:189): “as teorias, por outro lado, tendem a estabelecer princípios e modelos estáveis, buscando adquirir um caráter científico essencialmente intemporal e universal”.

¹⁸ “Afim, quando as discontinuidades não são produto da concorrência, mas de forças exógenas ao espaço econômico nacional, a ciência econômica perde seu poder explicativo em relação às origens da inovação. Na ausência de forças internas capazes de explicar as discontinuidades estruturais na organização da produção, o desenvolvimento deve ser visto como um processo induzido por choques exógenos à economia nacional. Em outras palavras, não sendo possível explicar o desenvolvimento capitalista nacional como um fenômeno endógeno, impulsionado pelo processo de acumulação de capital, a racionalidade econômica fica reduzida à compreensão de como a sociedade dependente se adapta às tendências do sistema capitalista mundial.” (SAMPAIO JR., 2012:41).



“manuais de economia”, nem nos ortodoxos, nem nos heterodoxos, ainda que, nem por isso sua utilização seja inócua e inocente. Ao resolver a contradição entre a visão ideal e a realidade concreta pela exigência de um “ajuste” da realidade às determinações do modelo, eles cumprem a importante função ideológica de racionalizar o colonialismo cultural. Subordinando o elo fraco às necessidades do todo, os “manuais” sacralizam uma lógica adaptativa que acarreta o enquadramento do capitalismo dependente às exigências das potências imperialistas, reproduzindo assim os nexos externos e internos que bloqueiam a efetiva integração da sociedade nacional.

Seja pela convicção política dessa prática, seja pela impossibilidade ou capacidade de fugir a essa lógica, seja por simples ingenuidade, a reprodução dessa prática possui consequências para a formação de estudantes e estudiosos.

A teoria microeconômica *mainstream* é e sempre foi ortodoxa porque tem como objetivo último e único defender o capitalismo e o *laissez-faire* a partir da perspectiva dos países centrais. A tentativa de construir uma teoria microeconômica não ortodoxa (ou heterodoxa), crítica, nos termos da construção histórica da atual teoria econômica, acaba se tornando uma teoria frágil e inconsistente¹⁹, a não ser que se defenda, ainda que se forma oculta, os mesmos propósitos. Isso porque, necessariamente, sempre que se vai a fundo em uma teoria é necessário retomar os seus pressupostos, seus princípios e, sobretudo, os seus propósitos.

Compreender as estruturas de mercado e os padrões de concorrência no Brasil a partir de uma problematização da teoria microeconômica significa, portanto, voltar ao ponto em ela se tornou acrítica. Ou seja, significa retornar ao debate da Economia Política e, portanto, da história, e não marchar rumo a teoria macroeconômica, que em muito reproduz a lógica da modelagem na tentativa de incorporar a “variável Estado regulador” sem necessariamente incorporar a história e a política. O desafio é compreender a totalidade, sem criar “teorias *seteris paribus*” que nada explicam da realidade, perceber a complexidade e, sobretudo, os interesses envolvidos.

A partir de uma leitura histórico estrutural é necessário nos questionarmos o quanto as teorias microeconômicas desenvolvidas e os seus teóricos (em sua grande maioria de países

¹⁹ Assim como “a economia neoclássica tem cada vez mais assumido a forma de análises matemáticas esotéricas, a ponto de um estudante de economia poder passar anos, simplesmente, aprendendo os instrumentos e técnicas de análise, sem conseguir perceber os valores filosóficos e sociais subjacentes à análise” (HUNT, 2005:366), muitas vezes a heterodoxia tende ao mesmo erro.



centrais)²⁰, ensinadas e aprendidas, são capazes de explicar os problemas brasileiros e apontar para soluções práticas e reais. Partir do pressuposto de que a estrutura de mercado e seus padrões de concorrência estão desconectados do processo histórico significa incorrer em um erro analítico grave, negando o desenvolvimento das forças produtivas, a característica dinâmica do capitalismo de mudança e readequação às conjunturas, e mais ainda, negando a própria geopolítica. No entanto, mais problemático que incorrer nesse erro metodológico é não se questionar dos objetivos fundantes e nem se propor a pensar a superação dos problemas gerados pelo capitalismo dependente. Nesse sentido, parece mais sensato recorrer ao recurso utilizado por Alexandre, o Grande e cortar o “nó górdio”, em vez de tentar desfazer o impossível.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, P.; CUSTÓDIO, M. C. A História do Pensamento Microeconômico. Revista Eletrônica Novo Enfoque, 2011, v. 13, n. 13, p. 42 – 58.
- CARDOSO, A. M. Burguesia brasileira nos anos 2000 – estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2014.
- FERNANDES, F. A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, F. Circuito Fechado. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FREYRE, G. (2004a). Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50ªed. São Paulo: Global, 2004.
- FREYRE, G. (2004b). Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, C. Pequena Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

²⁰ Como destaca Tigre (2005:193) em relação ao período da Primeira Revolução Industrial: não era atoa que os britânicos eram os maiores e mais numerosos teóricos econômicos. Hoje, também não coincidentemente, são os estadunidenses os “grandes produtores” do conhecimento difundido no mundo todo.



FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MELLO, J. M. C. e NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. 2ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PRADO JR., C. Formação do Brasil Contemporâneo. 24ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

RIBEIRO, D. Classe, cor e preconceito. In: RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO JR., P. S. A. Capitalismo dependente e reversão neocolonial, Memorial de Live Docência, 2012.

SAMPAIO JR., P. S. A. Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SAMPAIO JR., P. S. A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. IN: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía. Buenos Aires : CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. P. 143-155.

SAMPAIO, JR., P. S. A. O Brasil não é maior do que a crise, In: *Jornal dos Economistas*, No. 255, Rio de Janeiro, CORECOM/RJ. Outubro, 2010.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TIGRE, P. B. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma, In: Revista Brasileira de Inovação, v.4, nº1, Rio de Janeiro, 2005, pp. 187-223.